

ANEX
Pt

“O parlamentarismo é uma aventura”

15 NOV 1987

JORNAL DA TARDE

O PDT vai começar imediatamente uma campanha contra o parlamentarismo e pela manutenção das eleições presidenciais em 1988, de forma a criar um clima favorável na opinião pública “ainda antes da manifestação final do plenário da Constituinte”. Essa disposição do PDT foi anunciada ontem pelo seu vice-presidente e principal porta-voz de Leonel Brizola, Doutel de Andrade.

No entanto, segundo ele, mesmo que a Constituinte mantenha o parlamentarismo, Brizola será lançado candidato a presidente da República e, em caso de vitória, o PDT começará uma outra campanha, pela derrubada do parlamentarismo e o retorno ao presidencialismo.

Como outros setores presidencialistas, o PDT já tem planos para a campanha antiparlamentarista: desde já estão confirmados, para a primeira quinzena de dezembro, os comícios que fará, com o apoio do PT, primeiro no Rio de Janeiro e a seguir em São Paulo.

“O parlamentarismo é uma aventura. Como admitir que um presidente, eleito

com mais de 40 milhões de votos, não governe, e que o poder acabe nas mãos de um deputado que pode ter tido apenas 15 mil votos?” — indagou Doutel de Andrade. E acrescentou: “Como imaginar um presidente eleito e um Carlos Sant’Anna qualquer como primeiro-ministro?”

Gastone alerta

Já o líder do PTB na Câmara, deputado Gastone Righi, de São Paulo, disse que a bancada paulista na Constituinte poderá vir a votar no plenário contra o parlamentarismo, levando em conta “a discriminação política contra São Paulo”. É que, como lembrou, “no caso de eleição presidencial, São Paulo entra com mais de 30% dos votos, é um terço do colégio eleitoral direto. Mas no parlamentarismo seu peso se reduz para 12 a 13%.

Para Righi, “a bancada de São Paulo pode ser influenciada por esses dados na hora de votar o regime de governo. Há companheiros, de inclinação parlamentarista, que se vão lembrar de que tenta-

mos o aumento da bancada e não conseguimos”.

CUT e CGT

Os sindicalistas ligados à CUT (Central Única dos Trabalhadores) sempre preferiram definir-se como presidencialistas, enquanto os ligados à CGT (Central Geral dos Trabalhadores) como parlamentaristas. Mas com essa primeira arancada da Constituinte rumo ao sistema de governo que passará a vigorar no próximo ano, os dois lados, pelo menos no ABC paulista, parecem mais atônitos do que definidos em relação ao assunto.

João Avamileno, presidente da CUT-ABC, falou em “testar o parlamentarismo”. E embora presidencialista, recusou-se a atacar o novo sistema de governo proposto, por absoluta falta de subsídios: uma idéia tão nova que eu não posso ser totalmente contra”.

Já Luiz Fabosi, vice-presidente da CGT-ABC, apoiou o parlamentarismo, mas avisou que retira esse apoio caso as

eleições do próximo ano sejam apenas parciais. “Se o Sarney indicar o primeiro-ministro, e continuarmos com estes mesmos deputados, acredito que nada de bom vá ocorrer.”

De unânime, há a convicção de que o presidente José Sarney deve sair do poder o mais breve possível. Avamileno lembrou que a figura de um governante escalado numa emergência, para assumir a transição do militarismo para o regime civil, está impedindo o País de encontrar seu rumo. Fabosi também falou da necessidade de urgente renovação, para se dar uma chance ao eleitor de encontrar um “homem patriótico”, que reformule as regras políticas e econômicas.

Para os dois sindicalistas, existem apenas duas preocupações decorrentes da opção pelo parlamentarismo: os cofres públicos, que terão que arcar com a despesa decorrente da convocação de eleições; e o comportamento da classe política que, uma vez com poderes ampliados, poderia transformar o Poder Executivo num “mercado de pavores”.

O Centrão defendendo sua proposta

O grupo Centrão apresentou ontem emenda substitutiva ao parecer do senador Mauro Benevides (PMDB-CE) ao projeto de resolução que alterou o regimento interno da Constituinte, com o objetivo de manter, com pequenas modificações, o texto original da sua proposta.

Os líderes do grupo passaram a tarde ontem discutindo o texto, apresentado na sessão noturna convocada para discutir o parecer de Mauro Benevides.

Segundo o deputado Daso Coimbra, o grupo não aceita o parecer de Mauro Benevides, porque ele “descharacterizou a nossa proposta”. Ele esclareceu que o objetivo do Centrão é dar prioridade para votação dos artigos destacados, com o apoio de 280 constituintes. “Não queremos refazer todo o texto do substitutivo da Comissão

de Sistematização, mas modificar artigo por artigo, desde que tenhamos maioria absoluta para isso.”

Se não houver entendimento até a votação do projeto de resolução, previsto para a própria segunda-feira, o Centrão promete mostrar seu “poder de fogo”, segundo explicou Daso Coimbra, colocando em plenário os 312 constituintes que apoiam a proposta. “Vamos decidir no voto.”

O substitutivo ao parecer de Mauro Benevides estabelece que se “na votação não for alcançado quórum de maioria absoluta, repetir-se-á a mesma nas três reuniões seguintes, com 24 horas de intervalo, para decisão em plenário, após o que serão consideradas prejudicadas”. A nova proposta permite, ainda, a cada constituinte, “após publicado o Projeto da Comissão de Sistematização, que prejudicará todas as proposições em fase an-

teriores, apresentar três emendas e seis destaques”.

O Centrão quer, ainda, que “a matéria destacada para votação em separado seja submetida à deliberação antes da votação do todo que compunha e qualquer delas somente será incluída no texto constitucional se aprovado pelo voto da maioria absoluta” — 280 votos. Caso não atinja esse quórum, “será tida como rejeitada, sem prejuízo das emendas que tenha sido destacadas para o mesmo texto”.

O substitutivo do Centrão estabelece, finalmente, modificação à distribuição de senhas ou convites a serem distribuídos ao público em geral, para ingresso às galerias, hoje feita unicamente pelos líderes dos partidos. Pela proposta, todos os constituintes, obedecido sistema de rodízio, terão direito à estas senhas.

Os Estados também serão parlamentaristas

O sistema parlamentarista de governo, mesmo que venha a ser adotado como norma a vigorar a partir de 15 de março de 1988, como foi aprovado no domingo pela Comissão de Sistematização, não será aplicado de imediato nos estados, mas apenas para os sucessores dos atuais governadores estaduais, cujos mandatos acabam a 1º de março de 1991.

Emenda nesse sentido foi aprovada, ontem, pela Comissão de Sistematização por 63 votos contra 22,

registrando-se oito abstenções. A emenda, do senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), tem o seguinte texto: “As Constituições dos Estados adaptar-se-ão ao sistema de governo instituído por esta Constituinte, na forma e no prazo fixado pelas respectivas Assembléias, que não poderão ser anteriores ao término do mandato dos atuais governadores”.

A emenda Nelson Carneiro causou os protestos do líder do PFL na Câmara, José Lourenço, que considerou que a emenda dis-

crimina o presidente da República em relação aos governadores, ou seja, o presidente terá que completar o seu mandato (reduzido para quatro anos pela Sistematização) no sistema parlamentarista, enquanto os governadores permanecerão no sistema atual, com poderes e com os seus mandatos integrais. Em relação aos municípios ficou a dúvida, pois o art. 9º das Disposições Transitórias manda os mesmos respeitar “o disposto nesta Constituição e na Constituição estadual”.